

# REDE NOSSA SÃO PAULO

Este documento faz parte do  
Repositório Digital da  
Rede Nossa São Paulo

[www.nossasaopaulo.org.br](http://www.nossasaopaulo.org.br)

Facebook, Youtube e G+: Rede Nossa São Paulo

Twitter: @nossasaopaulo

03/03/11

**Colegiado de Apoio, Inter-Gts e presidente da Câmara Municipal de São Paulo,  
vereador José Police Neto**

*(lista dos participantes em anexo)*

Oded iniciou a reunião afirmando que o encontro pode significar um marco importante na mudança da relação da Câmara com a sociedade. Reforçou que tais mudanças se estabelecem por meio do diálogo, e que é essa a nossa intenção desde o começo. Lembrou que Police Neto acompanhou o Nossa São Paulo desde o início e que teve uma participação decisiva em várias iniciativas, principalmente na aprovação da lei que instituiu o Programa de Metas.

**Vereador Police Neto**

O presidente da Câmara Municipal apresentou um balanço dos dois primeiros meses de sua gestão, janeiro e fevereiro de 2011. *(apresentação, na íntegra, em anexo)* Segundo ele, os compromissos políticos firmados por 10 partidos foram resgatados e resumidos em um manifesto.

Police Neto apresentou os principais pontos deste manifesto:

1 – Participação do cidadão – primeira medida foi criar um canal em que a sociedade pudesse conversar com os vereadores. Foi criada a ouvidoria do Parlamento, com 200 contatos em apenas dois dias. Instalação e equipamentos próprios, inclusão de pessoas com deficiência etc. Também foi criado um posto de atendimento em Libras.

2 – Transparência – parlamento ao vivo, palavra dos parlamentares, pronunciamentos na web, pesquisa de atividade legislativa. Já está em funcionamento. Todos os discursos, na íntegra, estão na internet, no mesmo dia. A pesquisa é muito importante para o cidadão saber o que o parlamentar está fazendo. Além disso, também foi criada a agenda de debates, com audiências públicas sobre temas de interesse da cidade. Já houve discussões sobre os temas Movimento Passe livre, alimentação orgânica, rodoanel norte, programa Minha Casa Minha Vida etc.

3 – Produção do conhecimento – por meio de uma parceria com a Fipe, será feita a avaliação por classe de renda da capacidade contributiva do munícipe e utilização dos serviços públicos municipais. Isto significa que teremos a informação de quanto a família paulistana contribui para o bolo de receitas da capital e o que isso volta em forma de recursos e serviços para o cidadão. Também está sendo focado um corpo docente moderno e qualificado. A Escola do Parlamento, por exemplo, vai discutir os temas da cidade. Segundo Police Neto, os estudos científicos podem ajudar muito na tomada de decisões do parlamento.

4- Otimização de recursos – A controladoria interna vai avaliar a regularidade da execução orçamentária e financeira, auxiliar na gestão orçamentária, financeira e patrimonial, garantir a transparência da gestão de recursos orçamentários. A comissão de meio ambiente, no ano passado, teve um debate muito grande sobre a política nacional de resíduos sólidos. Segundo Police Neto, a Câmara começou a discutir como a própria casa poderia trabalhar para isso – historicamente o poder público é o último a aplicar as leis. A meta é chegar ao final do ano com 100% dos resíduos com destinação correta na Casa. É o que está sendo chamado de Parlamento Sustentável

5 – Formação do corpo técnico – parceria com FGV na pós-graduação em gestão pública para os servidores sem ônus para a Câmara.

6 – Fortalecimento do poder local. A direção da Câmara visitou a Assembleia legislativa, o comando geral da Polícia Militar, a vice-presidência da República (discutiram a renegociação da dívida do município e propuseram o pacto para a metrópole) e a Procuradoria-Geral de Justiça.

7 – Fortalecimento do poder local, resgate da história da cidade e empoderamento do cidadão.

Police Neto concluiu sua apresentação fazendo propostas à Rede Nossa São Paulo:

1 - IRBEM – Afirmou que pretende inovar materializando a pesquisa em ações práticas para que o parlamento pode ajude a mudar a realidade, a percepção de qualidade de vida no município.

2 – PROGRAMA DE METAS – Disse que vai propor à Câmara que constitua um grupo próprio de acompanhamento, controle e apresentação do Programa de Metas. Será uma análise exclusiva da Casa, para que não fique dependente da análise que está no site da Agenda 2012.

3 – Integração definitiva dos GTs da rede com as comissões técnicas – A ideia é que os GTs participem de um novo ambiente que está sendo criado na casa no processo de elaboração legislativa.

---

### **Debate com os participantes da reunião:**

#### ODED

Lembrou que o IRBEM foi criado exatamente para produzir resultados, mostrando o que a população prioriza como qualidade de vida e o que pode se traduzir em políticas públicas. Sobre o segundo desafio, no dia 6 de abril informou que haverá um debate sobre os dois anos do programa de metas. Police Neto já está convidado para debater e apresentar essa proposta. Sobre a terceira proposta, afirmou que é preciso pensar em como fazer com que o trabalho do legislativo seja valorizado e respeitado. A lei dos indicadores, por exemplo, de autoria do próprio Police Neto, foi aprovada e não saiu do papel.

#### MAURÍCIO

Explicou que a mudança de “Movimento” para “Rede” Nossa São Paulo provocou a autonomia dos GTs. Isto significa que os grupos têm autonomia para firmarem parcerias, tomarem decisões. Maurício reforçou que a Rede trabalha com informação basicamente, e isso pode, muitas vezes, desagradar o poder público. Ele enfatizou que é preciso construir um relacionamento maduro – as parcerias são uma vontade comum para realizar uma tarefa, mas que não podemos perder a independência.

#### LUIZ FRANÇA

Segundo ele, a percepção na Zona Leste é a de que quando o vereador é eleito ele se distancia das pessoas. No ano passado, parte da região ficou ilhada por conta das

enchentes. Neste ano, tudo se repetiu. Luiz França questionou sobre o que a Câmara pode fazer para defender os interesses dessa população. E propôs um roteiro de caminhada que percorra os locais afetados pelas enchentes.

VITOR BARAU

Lembrou a importância do Conselho Consultivo da Agenda 2012 e cobrou os requisitos e regras para as audiências públicas.

ASUNCIÓN

Destacou que é importante criarmos outro meio de comunicação com a Câmara que não seja audiência pública ou consulta pública – defendeu a participação real da população, para que as propostas sejam levadas em consideração. Segundo ela, não existe comunicação entre secretarias, parlamentares e projetos.

CACI

Caci informou que as entidades que formam o GT Democracia Participativa já fizeram várias intervenções na Câmara e que há uma preocupação específica com relação à transparência. Citou como exemplo o projeto da Sala do Cidadão e relatou que a ex-vereadora Mara Gabrili havia incorporado a ideia. Mesmo assim, o projeto não caminhou. Ela elogiou as mudanças já feitas no site da câmara, mas afirmou que ainda não são suficientes. E afirmou que o MCCE (Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral) tem interesse em fazer uma parceria com a Escola do Parlamento.

ODILON

Insistiu que é preciso termos acesso à distribuição do Orçamento por subprefeitura. Lembrou também que há um projeto de lei que prevê que as audiências públicas sejam comunicadas pelo rádio e pela TV. Questionou a metodologia das audiências, já que os vereadores falam a maior parte do tempo, e cobrou o cumprimento da Lei da Transparência, que exige a divulgação da execução orçamentária da Câmara no saguão da Casa.

SAMANTHA

Reforçou a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de participação. Sobre audiências públicas, lembrou que é importante divulgar previamente as pautas. Propôs

restringir ao mínimo a prática de aprovação sem discussão no plenário. Lembrou a discussão sobre o Plano Municipal de Educação, já debatido por 120 mil pessoas. Para ela, é importante retomar o papel da Câmara em fiscalizar o Executivo, mais do que elaborar projetos de lei.

GEORGE

Defendeu uma relação mais madura, sabendo que haverá conflitos nesse processo. E propôs aprofundar o debate sobre a destinação de resíduos na cidade.

MÁRIO BRACCO

Segundo ele, a saúde é muito lembrada nas campanhas, mas, depois da eleição, o assunto é deixado de lado. Relatou que o GT saúde mapeou e reconheceu as ações dos conselhos de saúde e ficou clara a exclusão total da participação popular. Em sua opinião, a Câmara poderia participar mais desse debate.

JORGE WILHEIM

Retomou o assunto do Plano diretor, já que em alguns artigos faltam regulamentações importantes. Segundo ele, temos que olhar para frente e aproveitar 2012 para discutir o novo plano, além de valorizar mais as subprefeituras.

WILHIAM

Solicitou que as propostas apresentadas sejam direcionadas para audiências públicas, para que as discussões tenham continuidade.

NINA

Admitiu que as pessoas estavam muito descrentes na relação com a Câmara mas que, agora, estamos numa nova perspectiva. Manifestou interesse de a Câmara participar de um novo trabalho que envolve os GTs Meio Ambiente e Educação, sobre educação ambiental. Também reforçou que, na falta dos conselhos de representantes, precisamos de mecanismos para fortalecer as subprefeituras.

JAIME

Chamou a atenção para a falta de cuidado com as áreas de risco.

## XIXO

Afirmou que é consenso que precisamos melhorar – e muito – o acesso da população ao legislativo. A centralização da administração da cidade é o nosso grande incômodo. Em sua opinião, transmitir as audiências pela internet não é o suficiente. Ele sugeriu audiências públicas descentralizadas, regionalizadas.

## LUCIANO

Contou que os GTs jurídico e democracia participativa acompanhou a revisão do regimento interno da Câmara e da Lei Orgânica do município. Mas revelou que várias propostas foram apresentadas e, até agora, nada foi incorporado. Também reforçou a importância dos conselhos de representantes.

## GILBERTO

Cobrou uma agenda de encontros efetiva e sistemática.

## LUIZ FRANÇA

Sugeriu uma legislação que crie critérios para escolha dos subprefeitos.

## CÍCERO

Lembrou que indicadores são importantes e que São Paulo tem grandes problemas metodológicos. E sugeriu que a Câmara acolha o Irbem como referência.

## ODED

Informou que o Movimento Chega de Acidentes pediu audiência com o ministro da Saúde, mas não conseguiu nenhum retorno. Em sua opinião, São Paulo, com a sua força, pode debater questões comuns a outras cidades do mesmo porte, como Amsterdã, Lisboa etc. E que a Câmara Municipal de São Paulo tem peso suficiente para propor isso.

---

## **Comentários do vereador Police Neto:**

Sobre qualificar a participação do cidadão: “Precisamos criar ou aprimorar mecanismos de participação. Sugeri também que os vereadores percorram a cidade. As decisões são tomadas a partir do reconhecimento das necessidades”.

Sobre audiências regionais: “Possivelmente a partir de abril as audiências fora da casa também serão transmitidas pela internet”.

Sobre audiências públicas em geral: “Temos que qualificar a convocação – hoje os avisos saem com, no mínimo, uma semana de antecedência. Vamos criar um horário fixo para que a população já saiba, já se programe. Precisamos criar rotinas de dias, horários. Sabemos que os vereadores precisam apresentar o tema, expor – por isso os vereadores falam bastante durante as audiências. Se não fosse assim as discussões seriam muito vazias”.

Sobre autonomia: “A Presidência da Câmara é uma relação institucional que pretendemos trazer para vocês. Sabemos dos riscos que corremos – vocês, por estarem mais próximos, e nós, por aceitarmos os desafios. Temos que universalizar a informação e constituir conhecimento a partir dessa informação”.

Sobre a agenda dos temas de debate: “Não preparei previamente porque não quero inverter o processo e impor a agenda. Um dos nossos compromissos é enfrentar o debate sobre o plano municipal de educação”.

Sobre o Plano Diretor: “O nosso plano diretor foi muito inovador para o momento em que aconteceu. Hoje, podemos construir junto com o Executivo um compromisso de criar uma agenda de um ano de debate com o parlamento e com a sociedade. Isso para termos convergências e criarmos um novo plano a partir de 2013. Ou ficaremos com o que está aí sem nenhum avanço”.

Sobre o Programa de Metas e Lei 14.176: “É um exemplo de uma proposta que a Câmara abraçou e que falta uma resposta. A avaliação da consistência da execução do programa de metas está longe da ideal. Este passa a ser um compromisso nosso. A lei dos indicadores também é exemplo, não está tangível, materializada. Podemos entrar com uma ação junto ao executivo para que sejam disponibilizados os indicadores. Há uma grande dificuldade de dar estabilidade à metodologia. No Programa de metas, precisamos construir algo sólido, palpável, que sirva para este e para os próximos”.

Sobre a proposta de participação dos GTs: “Estamos reforçando as competências das comissões técnicas e é nisso que a participação dos GTs seria importante. Precisamos valorizar o conhecimento produzido na Câmara”,

Sobre as cooperativas de catadores: “A lógica reversa vai ficar mais clara. Nenhum catador será excluído. Todo o processo incorporará as cooperativas”.

#### PRÓXIMOS PASSOS:

Sobre a Lei dos indicadores, Police Neto prometeu uma resposta em 30 dias;

Sobre o Programa de Metas, Oded destacou o evento que a Rede Nossa São Paulo fará no dia 6 de abril. Será um balanço dos dois anos da Agenda 2012.

Oded encerrou propondo uma rotina de encontros entre a Presidência da Câmara e a Rede Nossa São Paulo. A sugestão é que seja feita uma a cada 60 dias.

---